

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	175.000.000
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>175.000.000</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
1	Ativo Total	3.938.848	3.971.797
1.01	Ativo Circulante	239.409	409.480
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	67.513	252.493
1.01.03	Contas a Receber	134.739	124.461
1.01.03.01	Clientes	134.739	124.461
1.01.03.01.01	Contas a Receber	133.426	123.302
1.01.03.01.02	Contas a Receber de Partes relacionadas	1.313	1.159
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.499	6.023
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.155	6.152
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.503	20.351
1.01.08.03	Outros	25.503	20.351
1.01.08.03.01	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	4.585	4.583
1.01.08.03.02	Outros Créditos	363	167
1.01.08.03.03	Contas a Receber com Operações de Derivativos	19.294	15.397
1.01.08.03.04	Adiantamento a Fornecedores	1.261	204
1.02	Ativo Não Circulante	3.699.439	3.562.317
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.510.612	1.349.160
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	885	964
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.308	1.060
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.508.419	1.347.136
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais e Outros	2.108	2.481
1.02.01.09.04	Pagamentos Antecipados Relacionados à Concessão	1.326.408	1.190.328
1.02.01.09.05	Outros Créditos	0	8
1.02.01.09.06	Contas a Receber com Operações de Derivativos	179.883	154.299
1.02.01.09.07	Tributos a Recuperar	20	20
1.02.03	Imobilizado	75.629	91.874
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	64.215	77.749
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	11.414	14.125
1.02.04	Intangível	2.113.198	2.121.283
1.02.04.01	Intangíveis	2.113.198	2.121.283

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2	Passivo Total	3.938.848	3.971.797
2.01	Passivo Circulante	646.893	882.885
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.101	15.023
2.01.01.01	Obrigações Sociais	1.849	2.101
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	15.252	12.922
2.01.02	Fornecedores	30.251	33.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.202	33.763
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	49	91
2.01.03	Obrigações Fiscais	105.301	94.720
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	95.633	85.034
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	87.205	76.571
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	8.428	8.463
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.668	9.686
2.01.03.03.02	ISS a Recolher	9.668	9.686
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	407.375	602.805
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	162.424	13.773
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	7.712
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	162.424	6.061
2.01.04.02	Debêntures	244.951	589.032
2.01.05	Outras Obrigações	71.342	87.150
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	27.871	19.106
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	27.871	19.106
2.01.05.02	Outros	43.471	68.044
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	2.780	2.719
2.01.05.02.05	Outras Obrigações	6.075	5.988
2.01.05.02.07	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	34.616	59.337
2.01.06	Provisões	15.523	49.333
2.01.06.02	Outras Provisões	15.523	49.333
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	15.523	49.333
2.02	Passivo Não Circulante	2.431.188	2.601.528
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.954.778	2.140.198
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	161.862
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	161.862
2.02.01.02	Debêntures	1.954.778	1.978.336
2.02.02	Outras Obrigações	282.128	282.338
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	270.522	269.217
2.02.02.02	Outros	11.606	13.121
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	10.600	11.558
2.02.02.02.06	Contas a Pagar com Operações de Derivativos	1.006	1.563
2.02.03	Tributos Diferidos	162.441	145.168
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	162.441	145.168
2.02.04	Provisões	31.841	33.824
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	31.841	31.049
2.02.04.01.06	Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	31.841	31.049
2.02.04.02	Outras Provisões	0	2.775

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2017</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2016</b>
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	0	2.775
2.03	Patrimônio Líquido	860.767	487.384
2.03.01	Capital Social Realizado	246.750	246.750
2.03.04	Reservas de Lucros	105.884	240.634
2.03.04.01	Reserva Legal	49.350	49.350
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	56.534	191.284
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	508.133	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	557.805	1.581.680	535.482	1.460.771
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-180.233	-524.991	-186.320	-497.051
3.02.01	Custo de Construção	-35.548	-101.635	-38.669	-81.522
3.02.02	Provisão de Manutenção	-4.136	-11.808	-9.558	-28.122
3.02.03	Depreciação e Amortização	-46.859	-133.779	-43.795	-124.864
3.02.04	Custo de Outorga	-48.462	-143.743	-47.933	-140.315
3.02.05	Serviços	-19.482	-56.741	-21.432	-51.034
3.02.06	Custo com Pessoal	-17.273	-51.906	-17.106	-48.210
3.02.07	Materiais, Equipamentos e Veículos	-4.348	-13.428	-4.253	-12.199
3.02.08	Outros	-4.125	-11.951	-3.574	-10.785
3.03	Resultado Bruto	377.572	1.056.689	349.162	963.720
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.472	-81.491	-26.336	-72.342
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.095	-80.207	-26.993	-74.143
3.04.02.01	Serviços	-13.969	-43.542	-13.838	-38.457
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-6.087	-19.034	-5.237	-15.700
3.04.02.03	Materiais, Equipamentos e Veículos	-171	-540	-173	-529
3.04.02.04	Depreciação e Amortização	-1.159	-3.508	-1.446	-4.217
3.04.02.05	Outros	-2.709	-13.583	-6.299	-15.240
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.064	2.589	691	1.931
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-441	-3.873	-34	-130
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	354.100	975.198	322.826	891.378
3.06	Resultado Financeiro	-57.741	-206.705	-77.024	-249.908
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	296.359	768.493	245.802	641.470
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-100.336	-260.360	-82.259	-216.106
3.08.01	Corrente	-100.296	-243.087	-81.433	-212.086
3.08.02	Diferido	-40	-17.273	-826	-4.020
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	196.023	508.133	163.543	425.364
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	196.023	508.133	163.543	425.364

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,12013	2,90362	0,93453	2,43065
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,12013	2,90362	0,93453	2,43065

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	196.023	508.133	163.543	425.364
4.03	Resultado Abrangente do Período	196.023	508.133	163.543	425.364



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2017 à 30/09/2017	Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	709.882	704.143
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	908.287	858.220
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	508.133	425.364
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.273	4.020
6.01.01.03	Apropriação de Despesas Antecipadas	3.439	3.473
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	137.287	129.081
6.01.01.05	Baixa do Ativo Imobilizado e Intangível	3.970	131
6.01.01.06	Variações Cambiais sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-4.210	-15.120
6.01.01.07	Juros e Variação Monetária sobre Debêntures, Empréstimos e Financiamentos	173.099	216.138
6.01.01.09	Juros e Variação Monetária sobre Mútuo com Partes Relacionadas	22.564	29.079
6.01.01.11	Provisão (Reversão) para Crédito de Liquidação Duvidosa	-431	-98
6.01.01.12	Constituição (Reversão) de Juros sobre Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	7.219	6.433
6.01.01.13	Constituição (Reversão) da Provisão de Manutenção	11.808	28.122
6.01.01.14	Ajuste a Valor Presente da Provisão de Manutenção	2.026	5.300
6.01.01.15	Capitalização de Custo de Empréstimos	-9.132	-7.395
6.01.01.16	Resultado de Operações com Derivativos	35.243	33.692
6.01.01.17	Variações Cambiais sobre Fornecedores estrangeiros	-1	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-198.405	-154.077
6.01.02.01	Contas a Receber	-9.693	-124.484
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-402	118.056
6.01.02.03	Tributos a Recuperar	524	1.899
6.01.02.04	Despesas Antecipadas e Outras	261	4.693
6.01.02.05	Pagamentos antecipados relacionados a concessão	-139.521	-123.080
6.01.02.06	Adiantamento a Fornecedores	-1.057	-8.099
6.01.02.07	Fornecedores	-3.602	6.523
6.01.02.08	Fornecedores - Partes Relacionadas	82	5.449
6.01.02.09	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.078	-664
6.01.02.10	Impostos e contribuições a recolher e provisão para imposto de Renda e Contribuição Social	239.054	204.291
6.01.02.11	Pagamento com Imposto de Renda e Contribuição Social	-228.473	-209.077
6.01.02.12	Obrigações com o Poder Concedente	61	56
6.01.02.13	Realização da Provisão de Manutenção	-50.419	-28.021
6.01.02.14	Outras Contas a Pagar	-871	3.221
6.01.02.15	Pagamento para Provisão para Riscos Cíveis, Trabalhistas, Tributários e Previdenciários	-6.427	-4.840
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-104.074	-86.301
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-7.496	-5.921
6.02.02	Adições ao ativo intangível	-96.578	-80.380
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-790.788	-577.402
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos, Debêntures - Captação	705.211	177.500
6.03.02	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de Principal	-1.169.572	-396.037
6.03.03	Empresimos, Financiamentos e Debêntures - Pagamento de j	-130.509	-115.276

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
6.03.05	Liquidação de Operações com Derivativos	-44.871	-42.557
6.03.07	Dividendos Pagos a Acionistas Controladores	-134.750	-182.000
6.03.08	Cessão Onerosa - Pagamento de Juros	-16.297	-19.032
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-184.980	40.440
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	252.493	89.442
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	67.513	129.882

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	240.634	0	0	487.384
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	240.634	0	0	487.384
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-134.750	0	0	-134.750
5.04.06	Dividendos	0	0	-134.750	0	0	-134.750
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	508.133	0	508.133
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	508.133	0	508.133
5.07	Saldos Finais	246.750	0	105.884	508.133	0	860.767

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	246.750	0	460.840	0	0	707.590
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-182.000	0	0	-182.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-182.000	0	0	-182.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	425.364	0	425.364
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	425.364	0	425.364
5.07	Saldos Finais	246.750	0	278.840	425.364	0	950.954

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016</b>
7.01	Receitas	1.713.357	1.582.424
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.704.225	1.575.029
7.01.02	Outras Receitas	9.132	7.395
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-253.112	-234.727
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-78.703	-70.843
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-60.966	-54.240
7.02.04	Outros	-113.443	-109.644
7.02.04.01	Custo de Construção	-101.635	-81.522
7.02.04.02	Provisão de Manutenção	-11.808	-28.122
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.460.245	1.347.697
7.04	Retenções	-137.287	-129.081
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-137.287	-129.081
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.322.958	1.218.616
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	278.259	156.385
7.06.02	Receitas Financeiras	278.259	156.385
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.601.217	1.375.001
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.601.217	1.375.001
7.08.01	Pessoal	63.653	56.633
7.08.01.01	Remuneração Direta	45.367	38.697
7.08.01.02	Benefícios	15.362	15.005
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.045	2.034
7.08.01.04	Outros	879	897
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	391.947	339.023
7.08.02.01	Federais	311.497	264.043
7.08.02.02	Estaduais	210	200
7.08.02.03	Municipais	80.240	74.780
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	637.484	553.981
7.08.03.01	Juros	492.597	412.576
7.08.03.02	Aluguéis	1.144	1.090
7.08.03.03	Outras	143.743	140.315
7.08.03.03.01	Direito de Outorga	143.743	140.315
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	508.133	425.364
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	508.133	425.364

## Comentário do Desempenho

### 1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL DA AUTOBAN

#### Julho a Setembro/2017

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 3T16.

#### 1.1 - Principais indicadores:

- A receita líquida operacional alcançou R\$ 522,3 milhões (+5,1%);
- O EBIT atingiu R\$ 354,0 milhões (+9,7%) e a margem EBIT 63,5% (3,2 p.p);
- O EBITDA ajustado atingiu R\$ 407,2 milhões (+7,5%) e a margem EBITDA ajustada 78,0% (1,8 p.p);
- O lucro líquido atingiu R\$ 196,0 milhões (19,9%);

<b>Indicadores (R\$ MM)</b>	<b>3T17</b>	<b>3T16</b>	<b>Var.%</b>
Receita Líquida Operacional*	522,3	496,8	5,1%
EBIT	354,0	322,8	9,7%
<i>Margem EBIT</i>	63,5%	60,3%	3,2 p.p.
EBITDA (ajustado)	407,2	378,8	7,5%
<i>Margem EBITDA (ajustada)</i>	78,0%	76,2%	1,8 p.p.
Lucro Líquido	196,0	163,5	19,9%

\*Receita Líquida Operacional é a soma da Receita de Pedágio com a Receita Acessória deduzindo os tributos.

#### 1.2 - Volume de tráfego em comparação com igual período do ano anterior (Veq<sup>1</sup>)

<b>Em unid. (Veq<sup>1</sup>)</b>	<b>3T17</b>	<b>3T16</b>	<b>Var.%</b>
Veículos de Passeio (Eq)	31.621.107	30.848.321	2,5%
Veículos Comerciais (Eq)	37.708.052	36.241.113	4,0%
Veículos Equivalentes	69.329.159	67.089.434	3,3%

(Veq<sup>1</sup>) - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

#### Tráfego consolidado (3,3%)

O tráfego consolidado apresentou um aumento de 3,3% sobre o mesmo período do ano anterior.

## Comentário do Desempenho

### Veículos de passeio (2,5%)

A categoria apresentou um aumento de 2,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior.

### Veículos comerciais (4,0%)

A categoria apresentou um aumento de 4,0% no 3T17 em comparação ao mesmo período do ano anterior, principalmente devido à conjuntura econômica.

### 1.3 - Reajustes de tarifas de pedágio

Vide Contexto operacional.

### 1.4 - Análise do demonstrativo de resultado trimestral

<b>Receita Bruta Operacional (R\$ mil)</b>	<b>3T17</b>	<b>3T16</b>	<b>Var.%</b>
Receita de Pedágio	559.278	531.994	5,1%
Receitas Acessórias	6.278	6.153	2,0%
<b>Receita Bruta Operacional Total</b>	<b>565.556</b>	<b>538.147</b>	<b>5,1%</b>

<b>Receita Bruta de Construção (R\$ mil)</b>	<b>3T17</b>	<b>3T16</b>	<b>Var.%</b>
<b>Total</b>	<b>35.548</b>	<b>38.669</b>	<b>-8,1%</b>

Conforme Interpretação Técnica ICPC 01, a Concessionária deverá reconhecer a receita e o custo de construção de acordo com o CPC 17 – Contratos de Construção. Para a CCR AutoBAN, a receita e o custo de construção são iguais, não incorrendo lucro sobre este item.

No 3T17 os principais investimentos realizados pela companhia foram as implantações: do Complexo Jundiá e da 3ª faixa do km 128 ao 138, na Rodovia Anhanguera; da faixa adicional do km 50+800 ao 53+700, pista Norte e da faixa adicional do km 60+384 ao 55+600, pista Sul na Rodovia dos Bandeirantes.

### Receita líquida operacional

A receita líquida operacional do 3T17 (conforme demonstrado no quadro 1.1) é 5,1% maior do que o mesmo período do ano anterior.

As deduções sobre a receita operacional bruta, isto é, o recolhimento de PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), cujo percentual total é de 7,65% sobre a receita operacional bruta, totalizaram o valor de R\$ 43,3 milhões.

## Comentário do Desempenho

### Custos e despesas totais

<b>Custos (R\$ mil)</b>	<b>3T17</b>	<b>3T16</b>	<b>Var.%</b>
Custo de Construção	35.548	38.669	-8,1%
Provisão de Manutenção	4.136	9.558	-56,7%
Depreciação e Amortização	48.018	45.241	6,1%
Custo da Outorga	48.462	47.933	1,1%
Serviços de Terceiros	33.451	35.270	-5,2%
Pessoal	23.360	22.343	4,6%
Materiais, Equipamentos e Veículos	4.519	4.426	2,1%
Outros	6.211	9.216	-32,6%
<b>Custos Totais</b>	<b>203.705</b>	<b>212.656</b>	<b>-4,2%</b>

**Custo de construção:** O custo de construção sofreu uma redução de 8,1% no 3T17 comparado ao 3T16. Esta alteração reflete o cronograma de investimentos do período, principalmente pela implantação do Complexo Jundiá.

**Provisão de manutenção:** A provisão de manutenção sofreu uma redução 56,7% no 3T17, refletindo os ciclos de manutenção programada da companhia.

**Depreciação e amortização:** O aumento das despesas no 3T17, em comparação ao 3T16 se deve ao início da depreciação/amortização dos investimentos incorridos pela Companhia entre o 4T16 e o 3T17.

**Custo da outorga:** Este grupo de custos é impactado pela outorga variável, bem como o reajuste da outorga fixa incorrido em julho de 2017.

**Serviços de Terceiros:** Os valores do 3T17 estão 5,2% menores do que no 3T16, principalmente em razão da ausência de sinistros com taludes em 2017.

**Pessoal:** Os valores do 3T17 estão 4,6% superiores ao 3T16 substancialmente devido ao dissídio.

**Materiais, Equipamentos e Veículos:** Os valores do 3T17 estão 2,1% superiores ao 3T16 substancialmente pela concentração da compra de materiais para manutenção e conservação em 2017.

**Outros:** Os valores do 3T17 estão 32,6% menores do que no 3T16, devido principalmente ao estorno de provisões para contingências jurídicas, menor concentração de pagamentos de leis de incentivo e redução de campanhas e eventos promocionais.



## Comentário do Desempenho

### EBITDA

<b>Reconciliação EBITDA Ajustado (R\$ MM)</b>	<b>3T17</b>	<b>3T16</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	196,0	163,5	19,9%
(+) IR/CS	100,3	82,3	21,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	57,7	77,0	-25,1%
(+) Depreciação e Amortização	48,0	45,2	6,2%
<b>EBITDA (a)</b>	<b>402,0</b>	<b>368,1</b>	<b>9,2%</b>
<b>Margem EBITDA (a)</b>	<b>72,1%</b>	<b>68,7%</b>	<b>3,4 p.p.</b>
(+) Despesas antecipadas (b)	1,1	1,2	-8,3%
(+) Provisão de Manutenção (c)	4,1	9,6	-57,3%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>407,2</b>	<b>378,8</b>	<b>7,5%</b>
<b>Margem EBITDA ajustada (d)</b>	<b>78,0%</b>	<b>76,2%</b>	<b>1,8 p.p.</b>

### EBIT

<b>Reconciliação EBIT (R\$ MM)</b>	<b>3T17</b>	<b>3T16</b>	<b>Var.%</b>
Lucro Líquido	196,0	163,5	19,9%
(+) IR/CS	100,3	82,3	21,9%
(+) Resultado Financeiro Líquido	57,7	77,0	-25,1%
<b>EBIT (a)</b>	<b>354,0</b>	<b>322,8</b>	<b>9,7%</b>
<b>Margem EBIT (a)</b>	<b>63,5%</b>	<b>60,3%</b>	<b>3,2 p.p.</b>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM527/2012.

(b) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(c) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada por tratar-se de item não caixa nas demonstrações financeiras.

(d) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA pelas Receitas Líquidas Operacionais, o que exclui as receitas de construção.

## Comentário do Desempenho

### Resultado financeiro líquido

<b>Resultado Financeiro Líquido (R\$ MM)</b>	<b>3T17</b>	<b>3T16</b>	<b>Var. %</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>99,9</b>	<b>97,6</b>	<b>2,4%</b>
Juros e Variações monetárias	49,4	58,6	-15,7%
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	2,1	0,0	100,0%
Juros e variações monetárias sobre mútuos	6,5	10,1	-35,6%
Perda com operações de derivativos	19,1	15,0	27,3%
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	0,3	1,8	-83,3%
Capitalização de custos dos empréstimos	-3,0	-2,3	30,4%
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	24,3	13,7	77,4%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	1,2	0,8	50,0%
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>-42,4</b>	<b>-20,6</b>	<b>105,8%</b>
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	-7,6	-4,0	90,0%
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-7,0	0,0	-100,0%
Ganho com operações de derivativos	-24,5	-11,1	120,7%
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	-0,8	0,0	-100,0%
Rendimento sobre aplicações financeiras	-2,1	-5,1	-58,8%
Juros e outras receitas financeiras	-0,4	-0,5	-20,0%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>57,5</b>	<b>77,0</b>	<b>-25,3%</b>

O Resultado Financeiro Líquido no 3T17 variou -25,3% comparado com o 3T16, principalmente pela variação dos indexadores das dívidas e amortização de parte do endividamento.

### 2. Investimentos

A Concessionária mantém em dia os compromissos contratuais de investimento das rodovias no Sistema Anhanguera Bandeirantes.

### 3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

<b>Total de Acidentes (un)</b>	<b>3T17</b>	<b>3T16</b>	<b>Var. %</b>
Total de acidentes	1.411	1.400	0,8%
Total de vítimas	896	878	2,1%

### A Diretoria.

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 30 de setembro de 2017

Os saldos apresentados em Reais nestas ITRs foram arredondados para milhar, exceto quando indicado de outra forma.

#### 1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Professora Maria do Carmo Guimarães Pellegrini, nº 200, Bairro do Retiro, na cidade de Jundiaí, estado de São Paulo.

A Companhia tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 18 de abril de 2027, a exploração do Sistema Rodoviário Anhanguera-Bandeirantes, composto pelas rodovias SP-330 e SP-348, entre São Paulo e Limeira, sendo responsável pela administração de 316,8 km, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP.

A Companhia iniciou suas operações em 1º de maio de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Na Rodovia Anhanguera:
  - Recapeamento inicial do trecho entre Campinas e Limeira.
  - Construção de novas faixas de aceleração e desaceleração entre os km 13 e 124.
  - Construção de 47 km de vias marginais no trecho entre São Paulo e Limeira.
  - Implantação de 49 km de vias de 3ª e 4ª faixas, no trecho entre São Paulo e Limeira.
  - Execução de nova ponte sobre o Rio Piracicaba.
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 21.
  - Recuperação do trevo do km 62.
  
- Na Rodovia dos Bandeirantes:
  - Prolongamento de 76,7 km, alcançando o Município de Limeira.
  - Implantação de 62 km de 4ª e 5ª faixas.
  - Implantação do trevo do RodoAnel no km 20.

Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia incorporou o trecho de 5,9 km (2,7 km da margem esquerda e 3,2 km da margem direita) das marginais do Rio Tietê, conforme segue:

- a) Marginal Direita do Rio Tietê – sentido Pinheiros, entre o km 4+400 (próximo à Ponte Ulysses Guimarães, estaca 4.260 do projeto DERSA) e o km 1+730;
- b) Marginal Esquerda do Rio Tietê – sentido Rodovia Ayrton Senna, entre o km 1+170 e o km 4+400 (próximo ao acesso à Rodovia dos Bandeirantes) – estaca 4.260 do projeto DERSA;
- c) Ligação da Rodovia Anhanguera, com as Marginais do Rio Tietê, incluindo acessos correspondentes.

Nos termos do artigo 2º do Decreto nº 55.016, de 11 de novembro de 2009, a operação do trecho incorporado ficou sob a responsabilidade da Companhia de Engenharia de Tráfego – CET, ficando sob responsabilidade da Concessionária apenas a manutenção e a conservação.

## Notas Explicativas

### Outras informações relevantes

Durante o período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, ocorreram as seguintes alterações nos processos que envolvem as investidas abaixo:

#### **i. Processo nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo 053.02.022800-0)**

Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa nº 0022800-92.2002.8.26.0053 (antigo nº 053.02.022800-0), ajuizada em 28 de agosto de 2002, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra a AutoBAN e outros, visando à declaração de nulidade da Concorrência 007/CIC/97 e do correspondente Contrato de Concessão. Os requeridos apresentaram defesa prévia nos termos da Lei 8.429/92. Em abril de 2011, o juiz proferiu despacho rejeitando a defesa prévia da AutoBAN, na qual se defendia, entre outros argumentos, que a AutoBAN foi incluída posteriormente no polo passivo da ação, após ocorrida a prescrição do direito de ação conforme inciso I do artigo 23 da Lei de Improbidade (até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança). Contra essa decisão, a AutoBAN apresentou recursos aos tribunais superiores, que aguardam juízo de admissibilidade. Em 1ª instância, a AutoBAN apresentou contestação em 10 julho de 2014. Em 25 de agosto de 2017, foi proferida sentença julgando improcedente a ação. Aguarda-se o decurso de prazo para a apresentação de recurso pelo Ministério Público.

#### **ii. Procedimento Administrativo – Termo Aditivo Modificativo nº 16/06**

Em fevereiro de 2012, foi recebida pela AutoBAN, solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 16/06 de 21 de dezembro de 2006. Apresentada manifestação em 14 de dezembro de 2012, a AutoBAN foi novamente intimada a se pronunciar. Esse prazo permaneceu suspenso até que, em 16 de dezembro de 2013, a AutoBAN apresentou o seu novo pronunciamento sobre a matéria tratada no referido processo administrativo. Em 17 de julho de 2014, a ARTESP encerrou o processo administrativo, entendendo que a controvérsia deveria ser dirimida pelo Poder Judiciário. As partes ajuizaram ações sobre referida controvérsia.

O Estado de São Paulo e a ARTESP ajuizaram a Ação de Procedimento Ordinário nº 1040370-54.2014.8.26.0053 contra a AutoBAN pleiteando a declaração de nulidade do TAM nº 16/06.

A AutoBAN ajuizou a Ação de Procedimento Ordinário nº 1030436-72.2014.8.26.0053 contra o Estado de São Paulo e a ARTESP pleiteando a declaração de validade do TAM nº 16/06.

Reconhecida a conexão entre as duas ações, ambas passaram a ter o mesmo andamento na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo.

Após ter sido negada a produção de prova pericial nas ações, foi proferida sentença julgando procedente o pedido formulado na ação do Estado de São Paulo e da ARTESP, e julgando improcedente o pedido formulado na ação da AutoBAN. Contra essa sentença, a AutoBAN apresentou embargos de declaração que foram rejeitados pelo Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A AutoBAN apresentou recurso de apelação em 05 de outubro de 2015. Em 15 de março de 2016, foi proferido despacho (i) recebendo o recurso de apelação nos efeitos suspensivo e devolutivo, (ii) abrindo vistas ao Estado de São Paulo e à ARTESP para apresentar contrarrazões e (iii) determinando o encaminhamento dos autos ao TJSP após o cumprimento das duas providências anteriores.

## Notas Explicativas

Tal recurso seria julgado em 06 de fevereiro de 2017. Porém, em 31 de janeiro de 2017, a Companhia apresentou pedido de tutela de urgência ao STJ para suspender o julgamento de tal recurso de apelação até que se decidisse a questão sobre provas pelos tribunais superiores. Em 03 de fevereiro de 2017, o STJ deferiu parcialmente o pedido liminar, determinando a suspensão, por ora, do julgamento da apelação interposta pela AutoBAN, até que haja manifestação pelo Estado de São Paulo e ARTESP quando então o Ministro relator examinará se o pedido liminar concedido será ou não mantido. Em 06 de fevereiro de 2017, a 5ª Câmara de Direito Público do TJSP acatou tal decisão proferida pelo STJ e não julgou o mérito. Por outro lado, a 5ª Câmara declinou de sua competência para julgar a apelação da AutoBAN, determinando a remessa do recurso à 3ª Câmara de Direito Público do TJSP. Contra essa decisão, a AutoBAN e o Estado de São Paulo apresentaram embargos de declaração requerendo que seja reconhecida a competência da 5ª Câmara para processar e julgar o recurso de apelação.

Os embargos de declaração apresentados pelas partes foram rejeitados em 30 de maio de 2017. Em 06 de junho de 2017, a AutoBAN apresentou incidente de Dúvida de Competência perante a Turma Especial de Direito Público do TJSP, que foram julgados em 15 de setembro de 2017, tendo sido reconhecida a competência da 5ª Câmara de Direito Público para julgar o mérito da apelação da AutoBAN.

No STJ, o Estado de São Paulo e a ARTESP apresentaram manifestação quanto à liminar que determinou a suspensão do julgamento do recurso de apelação e esta permanece em vigor.

A AutoBAN propôs também a Ação de Procedimento Ordinário nº 0019925-66.2013.8.26.0053 que visava a declaração de nulidade do processo administrativo de invalidação de Termo Aditivo em virtude (i) da impossibilidade de anulação unilateral de Termo Aditivo e Modificativo bilateral; (ii) da ocorrência de decadência do direito da administração anular o Termo Aditivo; (iii) da existência de coisa julgada administrativa. Em 08 de outubro de 2014 foi proferida sentença extinguindo o feito sem julgamento de mérito. Em 20 de fevereiro de 2015, a Concessionária interpôs recurso de apelação, que teve o seu provimento negado em acórdão publicado em 31 de maio de 2016. Ambas as partes interpuseram recursos às instâncias superiores. Os recursos especial e extraordinário interpostos pela AutoBAN foram inadmitidos e, em 06 de abril de 2017, a AutoBAN interpôs recurso de agravo denegatório de recurso especial e recurso extraordinário, que aguarda julgamento.

### iii. Reajuste 2014

A ARTESP determinou a aplicação de um índice de reajuste diverso do contratual, em razão de cálculo unilateral que considerou efeitos decorrentes da aplicação de índice de reajuste em 2013, mas impediu sua cobrança aos usuários devido à compensação (tarifa sobre eixos suspensos e redução da outorga variável).

Em 02 de julho de 2014, a Concessionária propôs ação ordinária de desconstituição de ato administrativo, com pedido de condenação em obrigação de fazer, tombada sob o nº 1026956-86.2014.8.26.0053, visando a aplicação do índice previsto no respectivo Contrato de Concessão às tarifas de pedágio. Em 03 de março de 2015, foi publicada sentença que julgou a ação procedente. Em 09 de março de 2015, foram opostos embargos de declaração pela AutoBAN, bem como pela ARTESP e pelo Estado de São Paulo. Os embargos de declaração opostos pela AutoBAN foram providos para reconhecer que esta ação não está sujeita à Suspensão de Liminar concedida pelo Órgão Especial do TJSP ao Estado de SP. Em junho de 2015, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recursos de apelação, que foram levados à apreciação da Câmara julgadora em 04 de outubro de 2016, tendo sido o julgamento desses recursos convertido em diligência, para que seja realizada prova pericial destinada a apurar se está correto o índice de atualização monetária aplicado pelo Estado às tarifas cobradas pela AutoBAN, por ocasião do reajuste de 2014. Contra essa decisão, a AutoBAN opôs embargos de declaração, que foram rejeitados em 04 de abril de 2017. Em 10 de julho de 2017, o processo foi remetido à 1ª instância para a realização da prova pericial determinada pelo TJSP. Aguarda-se a realização da perícia.

## Notas Explicativas

### 2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e especificamente o CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e o IAS 34 – Informações Intermediárias, aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais.

Estas ITR devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

Em 25 de outubro de 2017, foi autorizada pela Administração da Companhia a conclusão destas ITRs.

### 3. Principais práticas contábeis

Neste período não ocorreram mudanças nas principais práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### 4. Determinação dos valores justos

Neste período não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

### 5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste período não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 407.484 (R\$ 473.405 em 31 de dezembro de 2016), substancialmente composto por debêntures, detalhados na nota explicativa nº 14. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas e negociando novas captações com o objetivo de fazer frente aos investimentos previstos.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	8.945	7.913
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	<u>58.568</u>	<u>244.580</u>
	<u>67.513</u>	<u>252.493</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,96% do CDI, equivalente a 10,91% ao ano (13,78% ao ano em 31 de dezembro de 2016).

## Notas Explicativas

### 7. Contas a receber

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Circulante</b>		
Receitas acessórias (a)	1.570	2.012
Pedágio eletrônico (b)	<u>131.971</u>	<u>121.836</u>
	133.541	123.848
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (c)	<u>(115)</u>	<u>(546)</u>
	<u><u>133.426</u></u>	<u><u>123.302</u></u>

### Idade de vencimentos dos títulos

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Créditos a vencer	133.089	122.936
Créditos vencidos até 60 dias	286	334
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	51	32
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	115	164
Créditos vencidos há mais de 181 dias	<u>-</u>	<u>382</u>
	<u><u>133.541</u></u>	<u><u>123.848</u></u>

- (a) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas nos contratos de concessão;
- (b) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
- (c) A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) é constituída para títulos vencidos há mais de 90 dias. A PCLD reflete o histórico de perda da Companhia.

## Notas Explicativas

### 8. Imposto de renda e contribuição social

#### a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	296.359	768.493	245.802	641.470
Alíquota nominal (%)	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(100.762)	(261.288)	(83.573)	(218.100)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes				
Despesas indedutíveis	(310)	(958)	(388)	(1.173)
Provisão para participação nos resultados (PLR)	(71)	(622)	(65)	(212)
Incentivos relativos ao imposto de renda	871	2.712	1.764	3.366
Outros ajustes tributários	156	16	3	15
Outros ajustes RTT	(220)	(220)	-	(2)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(100.336)</u>	<u>(260.360)</u>	<u>(82.259)</u>	<u>(216.106)</u>
Impostos correntes	(100.296)	(243.087)	(81.433)	(212.086)
Impostos diferidos	<u>(40)</u>	<u>(17.273)</u>	<u>(826)</u>	<u>(4.020)</u>
	<u>(100.336)</u>	<u>(260.360)</u>	<u>(82.259)</u>	<u>(216.106)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>33%</u>	<u>34%</u>

#### b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Efeito ativo</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	183.847	149.690
Constituição da provisão de manutenção	5.277	17.716
Provisões para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	10.827	10.557
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	150	277
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.232	1.548
Outros	<u>297</u>	<u>517</u>
	<u>201.630</u>	<u>180.305</u>
<b>Efeito passivo</b>		
Diferenças temporárias - Lei 12.973/14 (a)	(312.906)	(282.396)
Ganho nas operações de derivativos	(45.099)	(38.449)
Variação cambial	<u>(6.066)</u>	<u>(4.628)</u>
	<u>(364.071)</u>	<u>(325.473)</u>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<u>(162.441)</u>	<u>(145.168)</u>

(a) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do art. nº 69 da lei nº 12.973/14 (fim do Regime Tributário de Transição).



## Notas Explicativas

### 9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (1)		Extensão do prazo da concessão (2)		Total	
	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016
Circulante	4.585	4.583				
Não Circulante	39.352	42.793	1.287.056	1.147.535	1.326.408	1.190.328

- (1) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamento ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão e à indenização de contratos sub-rogados. Tais antecipações foram ativados e estão sendo apropriadas ao resultado pelo prazo de concessão.
- (2) Para adequação do valor dos custos com outorga fixa na Companhia em que o prazo da concessão foi estendido sem que houvesse alteração do prazo de pagamento da outorga fixa, parte do valor dos pagamentos está sendo ativado e será apropriado ao resultado no período de extensão do prazo da concessão.

### 10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, assim como as transações que influenciaram os resultados do período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e 2016, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas.

	Transações							
	01/07/2017 a 30/09/2017				01/01/2017 a 30/09/2017			
	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras	Serviços prestados	Intangível	Receitas	Despesas financeiras
<b>Controladora</b>								
CCR	5.249 (a)	-	-	6.536 (c)	15.746 (a)	-	-	11.252 (c)
<b>Outras partes relacionadas</b>								
CPC	12.116 (b)	-	408	-	35.757 (b)	-	1.207	-
RodoAnel Oeste	-	-	-	-	-	-	-	11.312 (c)
Samm	-	-	380 (e)	-	-	-	1.095 (e)	-
Camargo Correa	-	16.555 (g)	-	-	-	57.214 (g)	-	-
Total, 30 de setembro de 2017	17.365	16.555	788	6.536	51.503	57.214	2.302	22.564
Total, 01 de julho de 2016 a 30 de setembro 2016	15.540	15.557	707	10.051				
Total, 01 de janeiro de 2016 a 30 de setembro 2016					40.973	15.557	2.072	29.079

**Notas Explicativas**

	<b>Saldos</b>		
	<b>30/09/2017</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	
	<b>Contas a receber</b>	<b>Mútuos</b>	<b>Fornecedores e contas a pagar</b>
<b>Controladora</b>			
CCR	10 (a)	281.774 (c)	1.649 (a)
<b>Outras partes relacionadas</b>			
CPC	279 (b)	-	3.943 (b)
MSVia	-	-	9 (f)
Serveng Civilsan	-	-	5.785 (d)
Samm	2.314 (e)	-	51
Metrô Bahia	18 (f)	-	1 (f)
Camargo Correa	-	-	5.181 (g)
Total circulante, 30 de setembro de 2017	1.313	11.252	16.619
Total não circulante, 30 de setembro de 2017	1.308	270.522	-
Total, 30 de setembro de 2017	2.621	281.774	16.619
Total, 31 de dezembro de 2016	2.219	275.507	12.816

**Despesas com profissionais chave da administração:**

	<b>01/07/2017 a 30/09/2017</b>	<b>01/01/2017 a 30/09/2017</b>	<b>01/07/2016 a 30/09/2016</b>	<b>01/01/2016 a 30/09/2016</b>
Remuneração: (h)				
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	598	1.720	577	1.652
Outros benefícios:				
Provisão de participação no resultado				
Provisão de PPR no ano a pagar no ano seguinte	285	854	263	790
Complemento de PPR do ano anterior pago no ano	-	1.636	-	62
Previdência privada	-	-	12	38
Seguro de vida	2	3	1	3
	885	4.213	853	2.545

**Saldos a pagar aos profissionais chave da administração:**

	<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Remuneração dos administradores (h)	1.027	1.267

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 11 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho de administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.700, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para a seguridade social.

- (a) Contrato de prestação de serviços de gestão administrativa nas áreas de contabilidade, assessoria jurídica, suprimentos, tesouraria e recursos humanos executados pela CCR – Divisão Actua, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (b) Contrato de prestação exclusiva de serviços de administração de obras de investimentos, conservação, serviços de informática e manutenção, cujos valores são liquidados mensalmente no 1º dia útil do mês;
- (c) Refere-se a cessão onerosa de crédito de IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas do RodoAnel Oeste, conforme autorizado pelo artigo 33 da Medida Provisória – MP 651/14, convertida para Lei 13.043/2014. Os juros, de 105% do CDI, serão pagos semestralmente em abril e outubro de cada ano, até o vencimento final da operação, em 28 de outubro de 2019,

## Notas Explicativas

quando será efetuado o pagamento do principal. Em 03 de maio de 2017, o RodoAnel Oeste vendeu os recebíveis para a CCR, sendo que nesta operação houve desconto dos créditos futuros a uma taxa de mercado de 127,73% ao ano.

- (d) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, cujos pagamentos ocorrem até o 10º dia do mês seguinte;
- (e) Contrato de locação de fibra óptica apagada com prazo contratual até o término da vigência do contrato de concessão, com valores liquidados no 10º dia útil do mês subsequente após recebimento e aceitação;
- (f) Refere-se a encargos de folha de pagamento relativo à transferência de colaboradores; e
- (g) Contrato de prestação de serviços por empreitada a preço global, para a implantação de novo sistema viário para acesso ao município de Jundiaí, com vigência de 16 de maio de 2016 a 30 de outubro de 2018. Os pagamentos relativos a este contrato ocorrem em até 10 dias após a recepção da fatura emitida pelo fornecedor;
- (h) Contempla valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria.

### 11. Ativo Imobilizado

#### Movimentação do custo

	31/12/2016		30/09/2017		
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Saldo final
Móveis e utensílios	3.079	-	(2)	17	3.094
Máquinas e equipamentos	51.124	-	(5.255)	2.318	48.187
Veículos	17.151	-	(1.269)	3.979	19.861
Equipamentos operacionais	143.700	-	(275)	2.136	145.561
Imobilizações em andamento	14.125	8.269	(3.292)	(7.688)	11.414
	<u>229.179</u>	<u>8.269</u>	<u>(10.093)</u>	<u>762</u>	<u>228.117</u>

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 773 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 647 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2017 foi de 0,55% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,62% a.m. no período de nove meses de 2016.

## Notas Explicativas

### Movimentação da depreciação

	Taxa média anual de depreciação %	31/12/2016		30/09/2017		
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
					(a)	Saldo final
Móveis e utensílios	10	(1.729)	(168)	1	-	(1.896)
Máquinas e equipamentos	13	(24.153)	(4.201)	4.742	(115)	(23.727)
Veículos	25	(11.236)	(2.634)	1.249	(29)	(12.650)
Equipamentos operacionais	14	(100.187)	(14.159)	131	-	(114.215)
		<u>(137.305)</u>	<u>(21.162)</u>	<u>6.123</u>	<u>(144)</u>	<u>(152.488)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

## 12. Intangível

### Movimentação do custo

	31/12/2016		30/09/2017	
	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	3.105.271	108.418	(1.807)	3.211.882
Direitos de uso de sistemas informatizados	12.798	240	942	13.980
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	5.355	-	102	5.457
	<u>3.123.424</u>	<u>108.658</u>	<u>(763)</u>	<u>3.231.319</u>

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 8.359 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 (R\$ 6.748 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016). A taxa média de capitalização no período de nove meses de 2017 foi de 0,55% a.m. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 0,62% a.m. no período de nove meses de 2016.

### Movimentação da amortização

	Taxa média anual de amortização %	31/12/2016		30/09/2017	
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(988.384)	(114.722)	145	(1.102.961)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(8.729)	(1.269)	-	(9.998)
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados	20	(5.028)	(134)	-	(5.162)
		<u>(1.002.141)</u>	<u>(116.125)</u>	<u>145</u>	<u>(1.118.121)</u>

(a) Reclassificações do ativo imobilizado para o intangível.

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico.

## Notas Explicativas

### 13. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Custos de transação incorridos	Vencimento Final	30/09/2017	31/12/2016
<b>Em moeda nacional</b>						
1. BNDES - FINEM III	TJLP + 2,12% a.a.	2,1566% (a)	535	Fevereiro de 2017	-	7.017 (c)
1. BNDES - FINEM IV	TJLP + 2,12% a.a.	N/I	-	Fevereiro de 2017	-	661 (c)
Alfa S.A. (Finame)	5,50% a.a.	N/I	-	Julho de 2017	-	34 (d)
<b>Subtotal em moeda nacional</b>					<b>-</b>	<b>7.712</b>
<b>Em moeda estrangeira</b>						
Merrill Lynch (b)	LIBOR+2,60% a.a.	N/I	-	Abril de 2018	162.424	167.923 (e)
<b>Subtotal em moeda estrangeira</b>					<b>162.424</b>	<b>167.923</b>
<b>Total geral</b>					<b>162.424</b>	<b>175.635</b>
					<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos					162.424	13.773
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos					-	161.862

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada.
- (b) Por entender ser informação mais relevante, dado que a operação está protegida na sua totalidade por contrato de *swap*, a Companhia decidiu mensurar esta operação ao valor justo através do resultado (vide nota explicativa nº 20 para maiores detalhes).

#### Garantias:

- (c) Fiança bancária.  
 (d) Garantia real.  
 (e) Não existem garantias.

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

Não existem cláusulas de repactuação. Neste período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, ocorreu a seguinte operação abaixo descrita:

1. Em 15 de fevereiro de 2017, ocorreu a liquidação total do financiamento.

Para maiores detalhes sobre as demais empréstimos e financiamentos, vide nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

## Notas Explicativas

### 14. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar 30/09/2017	Vencimento Final	30/09/2017	31/12/2016
4a Emissão - Série 1	109% do CDI	0,1084% (b)	4.731	-	Setembro de 2017	-	363.862 (e)
4a Emissão - Série 2 (c)	IPCA + 2,71% a.a.	2,8172% (a)	662	-	Outubro de 2017	187.511	177.549 (e)
2. 4a Emissão - (Notas promissórias)	106,50% do CDI	0,0788% (b)	735	-	Janeiro de 2018	-	812.898 (e)
5a Emissão - Série única (d)	IPCA + 4,88% a.a.	5,3598% (a)	9.147	2.191	Outubro de 2018	604.167	565.823 (e)
6a Emissão - Série única (c)	IPCA + 5,428% a.a.	5,7635% (a)	7.650	3.451	Outubro de 2019	481.120	442.323 (e)
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	N/I	-	-	Outubro de 2019	211.647	204.913 (e)
1. 8a Emissão - Série única	IPCA + 5,470% a.a.	5,8335% (a)	11.303	10.980	Julho de 2022	715.284	- (e)
<b>Total geral</b>				<b>16.622</b>		<b>2.199.729</b>	<b>2.567.368</b>
						<b>30/09/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Circulante</b>							
Debêntures e notas promissórias						250.603	593.478
Custos de transação						(5.652)	(4.446)
						<b>244.951</b>	<b>589.032</b>
<b>Não Circulante</b>							
Debêntures e notas promissórias						1.965.748	1.983.145
Custos de transação						(10.970)	(4.809)
						<b>1.954.778</b>	<b>1.978.336</b>

N/I - Custo de transação não identificado em função da impraticabilidade ou imaterialidade.

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas para fins de cálculo da TIR as taxas contratuais variáveis.
- (b) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação.
- (c) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 20.
- (d) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado (*fair value option*).

#### Garantias:

- (e) Não existem garantias.

#### Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<b>30/09/2017</b>
2018	590.661
2019	655.546
2022	719.541
<b>Total</b>	<b>1.965.748</b>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e estão sendo cumpridas regularmente.

## Notas Explicativas

Não existem cláusulas de repactuação. Neste período de três e nove meses findo em 30 de setembro de 2017, ocorreram as seguintes operações abaixo descritas:

1. Em 15 de julho de 2017, foi realizada a 8ª emissão de debêntures, em série única, da espécie quirográfica, com garantia adicional real, enquadrada sob a Lei nº 12.431/2011 e nos termos da Portaria nº 03 do Ministério dos Transportes de 04 de janeiro de 2017, no valor nominal total de R\$ 716.514, integralizadas em 28 de julho de 2017 e vencimento em 15 de julho de 2022.

Com uma remuneração de IPC-A + 5,4705% a.a, o juro será pago semestralmente e o principal no vencimento. Entre as principais cláusulas de restrição a Emissora obriga-se a não distribuir dividendos caso o índice Dívida Líquida / EBITDA seja maior de 4,0, apurado em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

Poderá ocorrer resgate antecipado da totalidade das debêntures após 4 anos a partir da data de Emissão, em conformidade com o disposto na Lei 12.431 e não poderão ser objeto de amortização extraordinária facultativa.

Há previsão de garantias no caso exclusivo de ocorrência da Condição Suspensiva, ou seja, se ocorrer o término do prazo de concessão estabelecido no Contrato de Concessão, em data anterior à data de vencimento, em razão de decisão judicial exequível desfavorável à Emissora proferida no âmbito das ações especificadas na Escritura, que foram movidas pelo Estado de São Paulo e a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”) contra a Emissora. Sendo assim, as Debêntures continuarão vigentes até a Data de Vencimento e contarão com garantia fidejussória adicional representada pela fiança outorgada da CCR S.A e juros remuneratórios acrescidos em 0,20% a.a..

2. No dia 31 de julho de 2017, ocorreu a liquidação da 4ª emissão de notas promissórias.

Para maiores detalhes sobre as demais debêntures e notas promissórias, vide nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

### 15. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	31/12/2016		30/09/2017			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	
<b>Não circulante</b>						
Cíveis	4.983	1.060	(1.041)	(2.007)	2.050	5.045
Trabalhistas e previdenciários	4.766	2.895	(1.658)	(3.156)	592	3.439
Tributários	21.300	310	-	-	1.747	23.357
	<u>31.049</u>	<u>4.265</u>	<u>(2.699)</u>	<u>(5.163)</u>	<u>4.389</u>	<u>31.841</u>

Além dos pagamentos dos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, a Companhia efetuou acordos para pagamentos de processos administrativos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, nas esferas cível e trabalhista, nos montantes de R\$ 542 e R\$ 722, respectivamente (R\$ 678 e R\$ 1.298 respectivamente no período de nove meses de 2016).

## Notas Explicativas

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas e tributárias avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS não determinam sua contabilização.

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Cíveis e administrativo	8.391	19.616
Trabalhistas e previdenciários	2.308	2.413
Tributárias	<u>2.229</u>	<u>1.171</u>
	<u>12.928</u>	<u>23.200</u>

Além de efetuar depósitos judiciais, foram contratadas fianças judiciais para os processos em andamento, cujo montante em 30 de setembro de 2017, é de R\$ 79.797. (R\$ 86.722 em 31 de dezembro de 2016).

### 16. Provisão de manutenção

	<u>31/12/2016</u>	<u>30/09/2017</u>			
	<u>Saldo inicial</u>	<u>Constituição/ reversão de provisão a valor presente</u>	<u>Reversão do ajuste a valor presente</u>	<u>Realização</u>	
Circulante	49.333	14.561	2.048	(50.419)	15.523
Não circulante	2.775	(2.753)	(22)	-	-
	<u>52.108</u>	<u>11.808</u>	<u>2.026</u>	<u>(50.419)</u>	<u>15.523</u>

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os projetos com início de provisão até 2009 e de 2010 a 2016 são de 14,75%, 12,34%, 12,62%, 8,20%, 10,14%, 12,29%, 15,77% e 15,77%, respectivamente. As mesmas são equivalentes às taxas de mercado para os períodos a que se referem.

### 17. Patrimônio líquido

#### a. Lucro por ação básico e diluído

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação.

	<u>01/07/2017 a 30/09/2017</u>	<u>01/01/2017 a 30/09/2017</u>	<u>01/07/2016 a 30/09/2016</u>	<u>01/01/2016 a 30/09/2016</u>
<b>Numerador</b>				
Lucro líquido do período	196.023	508.133	163.543	425.364
<b>Denominador</b>				
Média ponderada de ações - básico e diluído (em milhares)	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>	<u>175.000</u>
Lucro por ação - básico e diluído	<u>1,12013</u>	<u>2,90362</u>	<u>0,93453</u>	<u>2,43065</u>

#### b. Dividendos

Em 26 de abril de 2017, foi aprovado através da Assembleia Geral Ordinária o pagamento de dividendos à conta de Reserva de Retenção de Lucros do exercício de 2016 no montante de R\$ 134.750, correspondente a R\$ 0,77 por ação. O pagamento dos dividendos foi realizado em 27 de abril de 2017.



## Notas Explicativas

### 18. Receitas

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
Receitas de pedágio	559.278	1.582.766	531.994	1.475.478
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	35.548	101.635	38.669	81.522
Receitas acessórias	6.278	19.824	6.153	18.029
<b>Receita bruta</b>	<b>601.104</b>	<b>1.704.225</b>	<b>576.816</b>	<b>1.575.029</b>
Impostos sobre receitas	(43.294)	(122.521)	(41.333)	(114.254)
Abatimentos	(5)	(24)	(1)	(4)
<b>Deduções das receitas brutas</b>	<b>(43.299)</b>	<b>(122.545)</b>	<b>(41.334)</b>	<b>(114.258)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>557.805</b>	<b>1.581.680</b>	<b>535.482</b>	<b>1.460.771</b>

### 19. Resultado financeiro

	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016	01/01/2016 a 30/09/2016
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(37.342)	(142.948)	(42.520)	(135.061)
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	(6.536)	(22.564)	(10.051)	(29.079)
Variação monetária sobre financiamentos e debêntures	(12.079)	(37.103)	(16.074)	(81.077)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(2.095)	(13.125)	-	(4.365)
Perda com operações de derivativos	(19.055)	(147.721)	(14.984)	(79.717)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(329)	(2.026)	(1.778)	(5.300)
Capitalização de custos dos empréstimos	2.997	9.132	2.300	7.395
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	(24.311)	(125.526)	(13.693)	(76.390)
Taxa, comissões e outras despesas financeiras	(1.248)	(3.083)	(795)	(2.699)
	<b>(99.998)</b>	<b>(484.964)</b>	<b>(97.595)</b>	<b>(406.293)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	7.585	17.335	3.955	19.485
Variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	6.952	6.952	-	-
Ganho com operações de derivativos	24.506	157.609	11.054	81.860
Valor justo sobre financiamentos ( <i>fair value option</i> )	760	80.395	-	40.555
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.082	14.282	5.057	13.038
Juros e outras receitas financeiras	372	1.686	505	1.447
	<b>42.257</b>	<b>278.259</b>	<b>20.571</b>	<b>156.385</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(57.741)</b>	<b>(206.705)</b>	<b>(77.024)</b>	<b>(249.908)</b>

### 20. Instrumentos financeiros

A política de contratação de instrumentos financeiros, os métodos e as premissas adotados na determinação dos valores justos, bem como os critérios de seus registros e classificações hierárquicas são os mesmos divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas ITRs, conforme o quadro a seguir:

## Notas Explicativas

### Instrumentos financeiros por categoria

	30/09/2017			31/12/2016		
	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo através do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<b>Ativos</b>						
Aplicações financeiras	58.568	-	-	244.580	-	-
Contas a receber	-	133.426	-	-	123.302	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	2.621	-	-	2.219	-
Contas a receber - operações de derivativos	199.177	-	-	169.696	-	-
<b>Passivos</b>						
Financiamentos em moeda nacional (a)	-	-	-	-	-	(7.712)
Empréstimo em moeda estrangeira (a)	(162.424)	-	-	(167.923)	-	-
Debêntures e notas promissórias (a)	(1.272.798)	-	(926.931)	(1.185.695)	-	(1.381.673)
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(46.926)	-	-	(51.400)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	(16.619)	-	-	(12.816)
Mútuos - partes relacionadas	-	-	(281.774)	-	-	(275.507)
Contas a pagar - operações com derivativos	(35.622)	-	-	(60.900)	-	-
Obrigações com o poder concedente	-	-	(2.780)	-	-	(2.719)
	<u>(1.213.099)</u>	<u>136.047</u>	<u>(1.275.030)</u>	<u>(1.000.242)</u>	<u>125.521</u>	<u>(1.731.827)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras** - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo que o valor justo poderia ser considerado como “semelhante” ao valor contábil, uma vez que o risco de crédito das contrapartes (instituições financeiras de primeira linha) e não produziram diferenças significativas entre ambos.
- **Contas a receber, contas a receber - partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar** - Os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.
- **Empréstimos em moeda estrangeira mensurados ao valor justo por meio do resultado** – A Companhia captou empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano), tendo sido contratados *swaps* trocando a totalidade da variação cambial, dos juros e do IR sobre remessa de juros ao exterior por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração desses empréstimos pelo valor justo (*fair value option*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado, causado pela mensuração dos derivativos a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estes empréstimos fossem mensurados pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 160.806 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 164.917 em 31 de dezembro de 2016), conforme detalhado abaixo:

<u>Taxa contratual da dívida</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
Libor de 3 meses + 2,60% a.a.	124,80% do CDI	160.806

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 13.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

- **Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*fair value option e hedge accounting*)** - A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (*fair value option/hedge accounting*), resultaria em

## Notas Explicativas

informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 1.251.758 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 1.213.881 em 31 de dezembro de 2016), conforme detalhado abaixo:

<u>Série</u>	<u>Taxa contratual</u>	<u>Taxa contratual - Swap</u>	<u>Custo amortizado (a)</u>
4a Emissão - Série 2	IPCA + 2,71% a.a.	71,80% do CDI	187.695
5a Emissão - Série única	IPCA + 4,88% a.a.	88,75% do CDI	597.194
6a Emissão - Série única	IPCA + 5,428% a.a.	94,86% até 98,9% do CDI	466.869
			<b><u>1.251.758</u></b>

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Para maiores detalhes sobre as operações, vide nota explicativa nº 14.

- **Debêntures mensuradas ao custo amortizado:** Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de debêntures pelos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>30/09/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Debêntures e notas promissórias (a) (b)	937.911	980.100	1.382.576	1.387.832

- (a) Os valores contábeis estão brutos do custo de transação.
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item “Hierarquia de Valor Justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

### Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Aplicações financeiras	58.568	244.580
Derivativos	163.555	108.796
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(162.424)	(167.923)
Debêntures e notas promissórias	(1.272.798)	(1.185.695)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferente dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e

## Notas Explicativas

- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

### **Instrumentos financeiros derivativos**

As operações com derivativos contratadas tem por objetivo principal a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas e fluxos de pagamentos futuros em moeda estrangeira, além de proteção contra flutuações da *Libor* e de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de swap para proteção contra riscos de inflação da totalidade da 2ª série da 4ª emissão de debêntures, para a totalidade da 5ª emissão e parcialmente para a 6ª emissão de debêntures.

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro detalhado sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Notas Explicativas

SWAP	Contraparte	Data de início dos contratos	Data de vencimento	Posição (Valores de referência)	Valores de Referência (Noional) (1)		Valor justo		Valores bens contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado			
					30/09/2017	31/12/2016	Moeda local	31/12/2016	Moeda local	30/09/2017	30/09/2016	Moeda local	Recebidos/(Pagos)	30/09/2017	31/12/2016	Moeda local
Autô-Ban	Merrill Lynch	11/06/2015	15/10/2017 (2)	IPCA + 2,71% a.a.	163.122	163.122	187.300	177.750	(4.854)	(5.515)	19.293	15.398	-	(959)	(837)	
Posição atrela				71,80% de CDI			(168.097)	(162.352)								
Posição atrela	Itaú	11/06/2015	15/10/2018 (2)	IPCA + 4,58% a.a.	514.070	514.070	606.538	569.459	(14.769)	(17.555)	85.113	77.116	(8.798)	(23.971)	12.229	
Posição atrela				88,75% de CDI			(530.043)	(516.314)								
Posição atrela	Merrill Lynch	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% de CDI	257.035	-	256.565	-	-	-	-	-	(934)	-	-	
Posição atrela				Pa-6,7880%			(257.499)	-								
Posição atrela	Verecuntin	30/08/2017	15/10/2018 (2)	88,75% de CDI	257.035	-	256.565	-	-	-	-	-	-926	(926)	-	
Posição atrela				Pa-6,7880%			(257.491)	-								
Posição atrela	Verecuntin	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,438% a.a.	100.000	100.000	129.219	110.204	(3.016)	(3.632)	26.567	21.673	(4.855)	5.201	5.251	
Posição atrela				88,00% de CDI			(104.184)	(100.386)								
Posição atrela	Verecuntin	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,438% a.a.	100.000	100.000	129.219	110.204	(2.935)	(3.544)	26.704	21.891	(4.713)	5.161	5.175	
Posição atrela				87,55% de CDI			(103.845)	(100.026)								
Posição atrela	Verecuntin	27/10/2014	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,438% a.a.	50.000	50.000	64.410	56.602	(1.474)	(1.779)	13.344	10.928	(723)	(2.368)	2.595	
Posição atrela				87,55% de CDI			(50.492)	(51.042)								
Posição atrela	Verecuntin	26/03/2015	15/10/2019 (2)	IPCA + 5,438% a.a.	130.106	130.106	160.799	148.319	(3.753)	(4.520)	28.159	22.690	(1.926)	(6.070)	5.637	
Posição atrela				88,56% de CDI			(134.477)	(130.699)								
Posição atrela	Merrill Lynch	26/04/2016	26/04/2018 (2)	USD + Liber 3M + 2,60% a.a.	50.000	162.955	163.283	166.376	(14.070)	(6.012)	-	-	(19.353)	(18.923)	(14.500)	
Posição atrela				124,80% de CDI			(186.499)	-							(27.907)	
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ABERTO EM 30/09/2017</b>					1.729.768	1.220.255	163.555	108.736	(44.871)	(42.557)	199.177	169.696	(35.622)	(60.900)	9.888	2.143
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES LIQUIDADAS DURANTE O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016</b>					-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DAS OPERAÇÕES</b>					-	-	163.555	108.736	(44.871)	(42.557)	199.177	169.696	(35.622)	(60.900)	9.888	2.143

(1) Quando o derivativo possui vencimentos intermediários, o valor notional mencionado é o da tranche vigente.

(2) O contrato possui vencimentos semestrais intermediários em de abril e outubro de cada ano até o vencimento final.

## Notas Explicativas

### Resultado com instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Riscos cambiais	(14.500)	(27.907)
Riscos de juros	24.388	30.050
<b>Total</b>	<b><u>9.888</u></b>	<b><u>2.143</u></b>

### Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 apresentamos abaixo, as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

### Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre os contratos de empréstimos e financiamentos sujeitos a esse risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido e foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras, sendo que as taxas de câmbio utilizadas no cenário provável foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50%, para os cenários A e B.

Operação	Vencimentos até	Exposição em R\$ (1)	Risco	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
4131 em USD	Abril de 2018	160.788	Aumento da cotação do USD	-	(40.197)	(80.394)
SWAP USD x CDI (Ponta ativa)	Abril de 2018	(160.987)	Diminuição da cotação do USD	-	40.247	80.494
			<u>Efeito de Ganho ou (Perda)</u>	<u>-</u>	<u>50</u>	<u>100</u>
Total dos Efeitos de Ganho ou (Perda)				<u>-</u>	<u>50</u>	<u>100</u>
<b>Moedas em 30/09/2017:</b>						
	Dólar			3,1680	3,9600	4,7520

(1) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

### Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de setembro de 2018 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

## Notas Explicativas

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ <sup>(6)</sup>	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures - 4ª Emissão - 2ª Série	Aumento do IPC-A	Outubro de 2017	187.695	(386)	(432)	(478)
Debêntures - 5ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2018	597.194	(45.052)	(49.029)	(53.006)
Debêntures - 6ª Emissão	Aumento do IPC-A	Outubro de 2019	678.516	(55.000)	(59.542)	(64.085)
Debêntures - 8ª Emissão	Aumento do IPC-A	Julho de 2022	726.264	(59.187)	(64.051)	(68.915)
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2017	(187.606)	386	432	478
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2018	(597.194)	45.052	49.029	53.006
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(311.246)	25.229	27.313	29.397
Swap IPC-A x CDI (ponta ativa)	Diminuição do IPC-A	Outubro de 2019	(154.906)	12.556	13.594	14.631
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2017	168.237	(376)	(465)	(553)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2018	534.067	(37.938)	(47.367)	(56.775)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	260.781	(20.571)	(25.707)	(30.839)
Swap IPC-A x CDI (ponta passiva)	Aumento do CDI	Outubro de 2019	135.523	(10.314)	(12.885)	(15.453)
Swap CDI x Prefixado (ponta ativa)	Diminuição do CDI	Outubro de 2018	(517.154)	36.737	45.867	54.977
4131 em USD	Aumento da Libor de 3 meses	Abril de 2018	160.788	(3.659)	(3.967)	(4.275)
Swap USD x CDI (Ponta passiva)	Aumento do CDI	Abril de 2018	180.956	(10.163)	(12.667)	(15.157)
Swap USD x CDI (Ponta Ativa)	Diminuição da Libor de 3 meses	Abril de 2018	160.987	(3.881)	(4.244)	(4.607)
Aplicação financeira (Menkar II)	Diminuição do CDI <sup>(5)</sup>		58.551	4.725	5.906	7.086
Total do efeito de ganho ou (perda)				(121.842)	(138.215)	(154.568)
Efeito sobre os empréstimos, financiamentos, debêntures, notas promissórias e derivativos				(126.567)	(144.121)	(161.654)
Efeito sobre as aplicações financeiras				4.725	5.906	7.086
Total do efeito de ganho ou (perda)				(121.842)	(138.215)	(154.568)
As taxas de juros consideradas foram <sup>(1)</sup> :						
	CDI <sup>(2)</sup>			8,14%	10,18%	12,21%
	IPC-A <sup>(3)</sup>			2,54%	3,18%	3,81%
	LIBOR 3 meses <sup>(4)</sup>			1,3339%	1,6674%	2,0008%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo. As mesmas foram utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Refere-se à taxa de 29/09/2017, divulgada pela B3/CETIP;
- (3) Refere-se à variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Refere-se à taxa libor de 3 meses em 29/09/2017, divulgada pela Interbank Offered Rate (ICE);
- (5) Saldo Líquido: o conceito aplicado para a aplicação financeira é o mesmo para o endividamento líquido, ou seja, se o CDI subir, o endividamento piora enquanto nas aplicações, há um aumento da receita financeira; e
- (6) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos os custos de transação e também não estão considerados os saldos de juros em 29/09/2017, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores.

## Notas Explicativas

### 21. Compromissos vinculados ao contrato de concessão

#### a. Compromissos com o Poder Concedente

##### Outorga fixa

Refere-se ao preço da delegação do serviço público, assumido no processo de licitação, determinado com base no valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, em parcelas iguais mensais até 2018, corrigidas pela variação do IGP-M, em julho de cada ano.

	<u>Valor nominal</u>		<u>Valor presente</u>	
	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Outorga fixa	200.993	452.297	197.756	437.010

Esses compromissos, atualizados até 30 de setembro de 2017, estavam assim distribuídos:

	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor presente</u>
2017	86.140	85.442
2018	114.853	112.314
	<u>200.993</u>	<u>197.756</u>

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros real de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 255.751, referente a outorga fixa, sendo R\$ 220.101 em caixa e R\$ 35.650 através de encontro de contas financeiros, referente ao direito de outorga fixa (R\$ 237.491 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, sendo R\$ 207.730 em caixa e R\$ 29.761 através de encontro de contas financeiros).

A Companhia está retendo 8,26% de cada uma das 86 (oitenta e seis) parcelas restantes do ônus fixo, no período de março de 2011 a abril de 2018, autorizada pelo termo Aditivo Modificativo nº 24, de abril de 2011, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da implantação de um conjunto de obras já realizadas.

##### Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita bruta mensal. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente.

No decorrer do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, foi pago ao Poder Concedente a montante de R\$ 24.013 referente ao direito de outorga variável (R\$ 22.375 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016).



## Notas Explicativas

### b. *Compromissos relativos às concessões*

A Companhia assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e manutenções) a serem realizados durante o prazo de concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustados por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2017</u>
Compromisso de investimento	<u>99.304</u>	<u>210.706</u>

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

### c. *Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS*

De acordo com o Termo Aditivo Modificativo nº. 16/06, a partir de maio de 2007 até o final da Concessão, a diferença de 2% para 3% referente à majoração da alíquota da COFINS sobre os fatos geradores ocorridos a partir de abril de 2007 e recolhida pela Companhia, será descontada mensalmente do direito de outorga fixo da Concessão, recompondo o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que não foi considerada a incidência dessa contribuição nas projeções financeiras que serviram de base à adjudicação do objeto da licitação.

## 22. Demonstração do fluxo de caixa

a. Efeitos nas demonstrações em referência, que não afetaram o caixa no semestre findo em 30 de setembro de 2017. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Fornecedores - partes relacionadas	<u>3.721</u>	<u>4.367</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u><u>3.721</u></u>	<u><u>4.367</u></u>
Adições ao ativo intangível	<u>(3.721)</u>	<u>(4.367)</u>
<b>Efeito no caixa líquido das atividades de investimento</b>	<u><u>(3.721)</u></u>	<u><u>(4.367)</u></u>

b. A companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

## 23. Eventos subsequentes

No dia 02 de outubro de 2017, foi integralizada a 5ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor de R\$ 690.000 mil, com vencimento em 01 de outubro de 2020. A remuneração é de 106,75% do CDI e terá juros e amortização pagos no vencimento.

Há previsão de garantias no caso exclusivo de ocorrência da Condição Suspensiva, ou seja, se ocorrer o término do prazo de concessão estabelecido no Contrato de Concessão, em data anterior à Data de Vencimento, em razão de decisão judicial exequível desfavorável à Emissora proferida no âmbito das

## Notas Explicativas

ações especificadas na Escritura, que foram movidas pelo Estado de São Paulo e a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”) contra a Emissora. Sendo assim, as Debêntures continuarão vigentes até a Data de Vencimento e contarão com Garantia fidejussória adicional representada pela fiança outorgada da CCR S.A.